

Sociologia, Porto Alegre, ano 1, n. 2, jul/dez 1999, p. 250 - 271

A contribuição da teoria social feminista para o entendimento das desigualdades de gênero na velhice

MARILYN BARROS
Professora e
pesquisadora da
UNISC

Introdução

De acordo com a abordagem feminista, principalmente para aquelas correntes baseadas na teoria da desigualdade, as relações patriarcais nas famílias criam desigualdades que interagem com sistemas econômicos específicos, para produzir o domínio dos homens¹, tanto no espaço de trabalho doméstico quanto no setor econômico. A função de reprodução da mulher é particularmente importante para compreender o patriarcado (dar à luz, criar a próxima geração e alimentar aqueles que já estão no mercado de trabalho), o que tem produzido uma "esfera de mulheres". As restrições impostas às mulheres, principalmente no espaço privado, desvalorizam seu poder na sociedade e até dentro da família. Os homens não somente possuem poder social, mas também trazem recursos econômicos produzidos fora da família e trazidos para dentro dela, o que lhes confere poder interno dentro da própria família.

A segregação ocupacional no mercado de trabalho proporciona aos homens o acesso aos postos mais bem pagos às custas das mulheres. Quando

1 Entenda-se homens, aqui, no sentido de gênero masculino.

as mulheres têm acesso às esferas públicas, elas normalmente se envolvem em ocupações específicas "de mulheres" (serviço social; ensino; enfermagem, cuidados de saúde a domicílio etc.). Na esfera pública em geral, as mulheres continuam a sofrer pressões para serem reprodutoras e serviçais. Uma mulher que depende de um homem para sobreviver representa mais que um mero efeito residual de outros processos. A abordagem feminista define a pobreza como resultado da interseção de um processo interessante entre a ética do "familismo" e a do capitalismo, que designam os homens para trabalhar na esfera do mundo público e as mulheres para trabalhar na esfera do domínio privado da casa.

Especialmente entre os idosos, as mulheres compõem o grupo mais em desvantagem em termos de condições de vida e, mais especificamente, de pobreza. O casamento geralmente serve para proteger as mulheres idosas da pobreza. Níveis de pobreza entre mulheres idosas que não estão casadas são significativamente maiores do que entre as casadas. De acordo com censo dos EUA (1995:58), 20% das mulheres viúvas e 24% das divorciadas estão em situação de pobreza. Um estudo feito no Brasil em 1993, na cidade do Rio de Janeiro (Veras, 1994), constatou que, dentre 738 idosos 9,48% declararam não possuir nenhum tipo de renda e, dentre estes, 91,45% eram mulheres. O mesmo estudo apontou que existiam muitos mais idosos homens casados do que mulheres em todas as faixas etárias e, inversamente, três vezes mais mulheres do que homens se declararam viúvas.

As pessoas idosas que não são casadas são mais propensas a serem pobres em comparação com as casadas. A maior incidência de pobreza entre mulheres idosas está diretamente ligada à probabilidade de não serem casadas. Entretanto o problema da pobreza também afeta mulheres idosas que são casadas. Com rendas relativas muito baixas, muitas mulhe-

res idosas casadas estão sob o risco de empobrecer, caso seus esposos morram, caso elas se divorciem ou caso elas passem a viver em casas geriátricas. O término de um casamento em idade avançada aumenta o risco de pobreza para todos os indivíduos, mas as consequências para mulheres idosas que seguem uma vida de subordinação, podem ser devastadoras (Older Women's League, 1988).

Baseado nas informações anteriores, este artigo utiliza as idéias da Teoria Social Feminista resumida acima, para examinar os mecanismos que reproduzem as desigualdades de gênero na velhice. Ele se ampara na consideração que é enfatizada pela Teoria Social Feminista, de que as mulheres não são capazes de cuidar delas próprias economicamente, isto é, de terem uma atividade lucrativa na esfera pública, por causa das restrições sociais. Mesmo em tempos "modernos" quando "supostamente" as mulheres têm chance de ir para a esfera pública (para além do espaço doméstico), elas conseguem em geral os mais baixos salários. Acredita-se que principalmente mulheres idosas solteiras ou viúvas carregam o peso de não lhes serem dadas as mesmas condições e oportunidades que os homens. Isto é, aquelas mulheres idosas que não têm um homem como veículo financeiro possuem status socioeconômico mais baixo do que aquelas que são casadas.

Este artigo apresenta as principais teses da Teoria Sociológica Feminista e suas diferentes abordagens, e da perspectiva da Gerontologia Feminista, enfatizando o trabalho de autores dos Estados Unidos. Algumas conclusões são embasadas na abordagem da desigualdade na Teoria Social Feminista.

A teoria sociológica feminista

Segundo Chafetz (1997), não existe um consenso acerca da palavra "feminista". Para esta autora, isso torna difícil distinguir com precisão entre um material teórico que discute a questão do gênero e uma teoria relacionada com o gênero que é especificamente "feminista". Em complemento, Chafetz distingue o termo feminista de outras relevantes teorias de gênero. Ela usa quatro critérios para guiar a sua seleção de teorias que ela considera como exemplos de trabalhos feministas: a) aquelas teorias em que o gênero se constitui no foco central ou no assunto problemático; b) aquelas teorias em as relações de gênero são vistas como um problema; c) aquelas em que as relações de gênero não são vistas como imutáveis e, d) aquelas nas quais a teoria feminista pode ser usada para desafiar, contra-atacar ou mudar o *status quo* que desvaloriza as mulheres. De acordo com Lengermann e Niebrugge-Brantley (1992), a Teoria Sociológica Feminista cresce fora de uma teoria feminista em geral. Eles destacam que o feminismo tem uma história tão longa quanto a subordinação das mulheres. Argumentam que a Teoria Feminista tem seu paralelo com o crescimento da sociologia propriamente dita. Mas ela tem permanecido à margem da Sociologia e foi ignorada pelos formuladores masculinos da disciplina, até 1960.

As intelectuais feministas em inúmeras disciplinas criticam o que elas definem como domínio "masculinista", "objetivista", e "positivista" da ciência social e desenvolvem uma alternativa "feminista" chamada "teoria do ponto de vista". Os principais nomes nesta abordagem são Smith (1987, 1990) e Collins (1975). Smith centra seu trabalho no desenvolvimento de um "ponto de vista da mulher", enquanto o trabalho de Collins é orientado por um ponto de vista da epistemologia feminista "Afrocêntrica". A aborda-

gem adotada por esta última se baseia na relação de exploração sofrida pelos negros, no caso os *African-Americans* (negros dos EUA), e a dupla desvantagem associada com o gênero vivenciada pelas mulheres negras. Aquelas autoras argumentam que todo o conhecimento sobre o mundo social reflete posições sociais do conhecedor e só pode resultar, no máximo, em não mais que um mero entendimento parcial do mundo. Smith (1987, 1990) adiciona o gênero e Collins (1975) adiciona raça e gênero nas definições das principais dimensões daqueles pontos de vista. Elas começam suas críticas acerca do conhecimento sociológico aceito com base em que, até muito recentemente, os conhecedores tinham um ponto de vista comum, aqueles da raça branca, da classe média masculina; outros pontos de vista têm sido efetivamente silenciados enquanto contribuições com algum crédito para o conhecimento social científico.

As feministas analisam como o gênero e as relações de gênero são criadas e culturalmente perpetuadas, desafiam normas e narrativas estabelecidas e ativamente constroem novas imagens e possibilidades para as mulheres.

O feminismo também busca enfatizar aspectos da desigualdade econômica e de vulnerabilidade à violência (principalmente a violência doméstica), que, em algum sentido, afeta a vida da maioria das mulheres. É sublinhada a proposição quanto à opressão sofrida pelas mulheres, que diferencia a abordagem feminista de outras abordagens progressivas críticas, tais como a perspectiva da economia política que também advoga mudanças estruturais (Estes et alii, 1984). A partir da perspectiva de Calasanti & Bailey (1991) e Walker (1992), o gênero é visto como um processo estrutural baseado em diferenciais de poder que moldam as experiências das pessoas, o comportamento, a cognição e os arranjos sociais em ambas as esferas pública e privada.

De acordo com Lengermann e Niebrugge-Brantley (1992) a questão básica da escola feminista é: *E quanto às mulheres?* e *Por que a situação das mulheres é esta?* Eles consideram que as respostas para a primeira questão constituem as principais categorias das diversas abordagens existentes dentro da teoria feminista (biológica, institucional e psicossocial).

Lengermann e Niebrugge-Brantley (1992) consideram diferentes formas para responder a questão básica da escola feminista (*E quanto às mulheres?*). Eles destacam três descrições principais das situações sociais das mulheres, que podem contribuir para responder a questão básica: a) são diferentes dos homens; b) são desiguais em comparação com as situações dos homens; c) são parte de um grupo oprimido e os opressores são os homens ou o sistema social do patriarcado, que é uma construção masculina.

Os teóricos que vêem a situação das mulheres como essencialmente diferente daquela dos homens explicam aquela diferença em três formas básicas: condições bio-sociais, organização institucional e uma interface psicossocial. A explicação biológica tem ligado as diferentes funções biológicas de machos e fêmeas com diferentes padrões de desenvolvimento hormonal no ciclo da vida e com variações específicas de sexo em traços tais como a sensibilidade para a luz e som e as conexões à direita e à esquerda do cérebro.

As explicações institucionais, de acordo com Lengermann e Niebrugge-Brantley (1992), dão grande ênfase às funções distintivas das mulheres quanto à procriação e aos cuidados das crianças. Essa responsabilidade pela maternidade é vista como a principal determinante na divisão sexual, do trabalho que liga as mulheres em geral para às funções de esposa, mãe e dona de casa. As explicações psicossociais dadas para as relações de gênero são: fenomenologia e as teorias pós-estruturalistas de um lado, e

a teoria da socialização de outro. De um lado, autores ligados à explicação fenomenológica e pós-estruturalista como Flax (1990, 1993), focam o padrão perverso de nossa cultura, linguagem, e a realidade do dia-a-dia, incluindo conceitos derivados da experiência masculina e as simples categorias dicotomizadas em "tipificações" de masculinidade e feminilidade.

A teoria da socialização complementa análise institucional explorando as experiências do aprendizado social que moldam as pessoas em geral, mas particularmente crianças e jovens, para as funções separadas e para as esferas institucionais de masculinidade e feminilidade.

As teorias de desigualdade, que são o principal foco deste artigo, argumentam que homens e mulheres não são somente situados na sociedade, mas também desigualmente situados. Para elas, essa desigualdade resulta da organização da sociedade, e não de qualquer diferença significativa, biológica ou de personalidade, entre mulheres e homens. E ainda, para elas, nenhum padrão significativo de variação natural distingue os sexos. As teorias que enfatizam as explicações de desigualdade, que levam em conta a posição das mulheres em termos do feminismo liberal e do feminismo marxista, levam em conta a posição das mulheres como parte de um sistema complexo de exploração, no qual as mulheres exploram e são exploradas, parcialmente em termos de gênero e parcialmente em termos de posição de classe.

De acordo com Lengermann e Niebrugge-Brantley (1992) alguns teóricos que enfatizam a opressão das mulheres explicam essa opressão em termos das teorias psicanalísticas, que vêem os homens tendo necessidade inata de subjugar as mulheres para realizar profundos desejos psicológicos. Outros oferecem a resposta do feminismo radical,

que vê a raiz da opressão do patriarcado na grande habilidade dos homens e na disposição para usarem a força bruta a fim de subjugar outros homens. Outros oferecem uma análise feminista socialista (Smith 1987) que visa sintetizar várias formas e teorias de opressão, usando termos tais como patriarcado capitalista e dominação (Curtis, 1986 and Smith, 1987) para descrever o sistema multifacetado de opressão baseado nos arranjos de produção, classe, idade, etnia, preferência sexual e posição global, bem como o gênero. Uma derivação mais recente dessa abordagem que enfatiza a opressão, é chamada Terceira Onda Feminista (Walker, 1983). Ela centra as implicações dessas diferenças de classe, idade, raça, preferência sexual, nas relações travadas pelas mulheres em ambas as esferas: micro (espaço doméstico) e macro (a sociedade em geral).

A gerontologia feminista

De acordo com Ray (1996), uma “gerontologia feminista”, sendo uma troca intelectual entre o feminismo e a gerontologia², centra-se nas complexidades do gênero e nas relações de gênero, bem como nas políticas de pesquisa e formulação de teorias que consideram as vidas das pessoas idosas. A Gerontologia Feminista, de acordo com Ray (1996), trabalha para mudar atitudes que constroem as posições das pessoas na sociedade, através de funções restritivas, crenças e estereótipos. Muito da pesquisa acadêmica sobre mulheres e o envelhecimento cai na categoria do empirismo feminista, definido por Harding (1986) como o uso

2 A Gerontologia, diferentemente da Geriatria, que se centra nos aspectos médicos do envelhecimento é o estudo dos aspectos biológicos, psicológicos e sociológicos do processo de envelhecimento.

dos métodos quantitativos³. Este inclui o trabalho na psicologia social sobre aspectos relacionados com sexo e gênero na segunda metade da vida (Huych, 1990).

Um segundo grupo de estudos cai na categoria da pesquisa feminista baseada nos pontos de vista, que foi mencionada acima (Ray, 1996) e definida por Harding (1986) como uma investigação que visa reforçar os descompassos pesquisando e escrevendo a partir de um ponto de vista abertamente político. Essa categoria inclui o trabalho das Feministas Socialistas, que é enfatizado em nossa explanação e se centra nas relações econômicas entre homens e mulheres no curso da vida, medindo seus efeitos cumulativos nas mulheres idosas. As Feministas Socialistas enfatizam as desigualdades de gênero na divisão do trabalho e avaliam como a sociedade define, distribui e recompensa o "trabalho". Alguns exemplos dessa corrente incluem Estes et alii (1984); Herzog, Holder e Selzer (1989) e a edição especial de 1993 do "Journal of Aging Studies", editado pelos sociólogos Toni Casalanti e John Hendricks (Casalanti e Hendricks, 1993). Neste último caso, muitas das contribuições procuram explicar, entre outras coisas, comparativamente, a alta taxa de pobreza entre mulheres idosas e propõem mudanças nas ideologias e nas instituições que as perpetuam. Nas palavras de Stoller (1993):

(...) uma sociologia feminista, particularmente aquela que se constrói na perspectiva feminista-socialista, interpreta criticamente os cuidados para o idoso na família como uma experiência

3 Entenda-se, aqui, uma crítica ao uso de métodos quantitativos como sendo o uso de técnicas sem a devida conexão com a teoria e baseado na aparência dos dados. Não concordamos com esta associação entre métodos quantitativos e o empirismo; métodos quantitativos pressupõem sempre uma teoria e, conseqüentemente, uma interpretação para além das aparências (ver Fandino e Ramos, 1995).

de obrigação, estruturada na divisão de gênero dentro do trabalho doméstico, na invisibilidade e na desvalorização do trabalho não pago, na segregação da força de trabalho, e num mercado de trabalho implicitamente sexista (p. 166).

Uma terceira categoria na pesquisa feminista, o pós-modernismo, tem tido comparativamente pouca influência na estruturação da gerontologia feminista. A abordagem pós-moderna feminista para a pesquisa deve tomar como crítica primeira uma crítica à linguagem, ao discurso e às práticas de pesquisa que constroem o conhecimento sobre as mulheres idosas. A falta de uma disseminada incorporação do pensamento pós-moderno é compreensível, dada a construção histórica da gerontologia em torno de marcos conceituais da medicina, principalmente com estudos centrados nos aspectos médicos dos idosos, como por exemplo, as doenças e limitações da vida diária. Estudos estes que não levam em conta as próprias representações e os discursos dos idosos (Estes et alii, 1989; Longino e Murphy, 1995; Lyman, 1989).

Apesar de o domínio da gerontologia não ter incorporado o Pós-Modernismo, um pequeno corpo de pesquisa na gerontologia social está vagarosamente desenvolvendo-se em torno das teorias pós-modernas. Esses trabalhos podem ser considerados como exceções: a análise de Diamond (1992) sobre a construção econômica e bio-médica dos cuidados nas casas geriátricas; o argumento de Hazan (1994) sobre a necessidade de uma construção social de abordagens sobre a idade, desconstruções da terminologia e paradigmas de pesquisa que "pré-interpretam" a idade avançada; as desconstruções de Laws (1995) sobre o "agismo" (preconceito contra a

idade) como um conjunto de práticas sociais que operam em vários lugares, incluindo a força de trabalho, a família, a cultura popular, o governo e o ambiente físico; e as interpretações psicanalíticas de Woodward (1991) sobre como o envelhecimento é representado na literatura. Todos estes trabalhos são informados, em certo sentido, pelas Teorias Sociais Feministas Pós-Modernas.

O pensamento pós-moderno e a gerontologia social feminista

Uma perspectiva pós-moderna segue o trabalho dos filósofos Derrida (1978), Foucault (em Gordon, 1981); Lyotard (1984), Rorty (1979) e seus muitos interpretes. Os Pós-modernistas criticam os pressupostos existentes derivados do período do Iluminismo na história ocidental, considerando o conhecimento, o poder, a razão da linguagem e o self.

Dentro do pós-modernismo operam dois movimentos intelectuais: o construcionismo social e o desconstrucionismo (Hare-Musin, e Marecek, 1994; Hazan, 1994). O Construcionismo Social desafia o sistema de produção do conhecimento e a presumida neutralidade, afirmando que a verdade e a realidade não são descobertas, mas socialmente construídas e perpetuadas como formas de poder.

Flax (1990) considera que a Teoria Feminista Pós-Moderna contribui para o crescimento de uma incerteza intelectual sobre o terreno apropriado e os métodos para explicar e interpretar a experiência humana, com uma ênfase particular nas experiências das mulheres.

No caso da gerontologia, por exemplo, de acordo com as conclusões de pesquisa de Hazan (1994) sobre as experiências da idade avançada,

da, estas devem de fato representar as próprias projeções dos idosos sobre o tempo, o espaço, e o *self*. O Construcionismo Social então, oferece um contrabalanço ao positivismo científico, que procede no pressuposto de que a realidade é fixa e pode ser observada direta e imparcialmente pelo pesquisador. Dadas as suas diferentes epistemologias, os positivistas científicos e o "construcionistas" sociais perguntam diferentes questões. De acordo com Hare-Musin e Marecek (1994) "enquanto o positivismo pergunta quais são as respostas, o construtivismo pergunta quais são as questões" (p.52). De acordo com esses autores, para as feministas Pós-Modernas "o gênero não é propriedade individual, mas uma relação socialmente prescrita, um processo e uma construção social" (p.69). Então, os meios masculino e feminino de ser no mundo são determinados, em grande parte, por condições sociais ao invés de biológicas.

Um exemplo relevante para a gerontologia é a natureza sexista da tarefa de cuidar de idosos. Algumas feministas (Hooyman, 1992; Stoller, 1993 e Walker, 1992) argumentam que a predominância de cuidadores femininos não é o resultado de uma tendência "natural" das mulheres em "nutrir", cuidar, mas o resultado de um processo de socialização e de políticas sociais. Eles consideram que essas políticas reificam os padrões sexistas presentes nos cuidados com idosos, que dependem do trabalho não pago das mulheres.

O segundo movimento intelectual, o "Desconstrucionismo", desafia as visões tradicionais da linguagem e sua relação com o pensamento e a realidade. Para os "desconstrucionistas" (também conhecidos como Pós-Estruturalistas), a linguagem, sendo uma construção social, é necessariamente um intensificador que seleciona, exagera e distorce. Dentro desta perspectiva, podemos destacar que existem alguns estudos centrados na

questão do preconceito contra o idoso, especificamente contra a mulher idosa, predominante na sociedade ocidental (Doress & Siegel, 1987; Macdonald, 1983; Rubin, 1981; Copper, 1988).

Derrida (1978) argumenta que o pensamento ocidental é construído numa linguagem de oposições binárias (razão-emoção, mente-corpo, masculino-feminino). Ele argumenta também que cada item em uma oposição binária leva o significado de outro (o que ele não é).

Um exemplo de oposição binária em gerontologia é a distinção entre o cuidador e o receptor de cuidados, que assume uma relação de ativo/passivo, que não leva em conta os problemas que os receptores enfrentam (Hooyman and Gonyea, 1995).

A insegurança entre as mulheres durante o processo de envelhecimento: alguns exemplos de estudos nos EUA voltados para o problema do gênero na velhice

Hooyman e Gonyea (1995) oferecem uma análise profunda das várias tendências sociais e econômicas que deixam as mulheres em desvantagem quando elas se aproximam da idade mais avançada. Esses autores empregam a abordagem do Feminismo Estrutural para acessar a literatura sobre o trabalho de cuidar de idosos. Eles analisam os custos (e recompensas) desse trabalho em vários estágios do curso da vida. Argumentam que esse trabalho tem sido desvalorizado e que as mulheres pagam a acumulação de custos por estarem envolvidas nisso. Sem dúvida as consequências sociais e econômicas são freqüentemente mais severas na idade avançada. Hooyman e Gonyea (1995) consideram o trabalho de cuidador como uma

responsabilidade social, ao invés de uma responsabilidade individual. Eles argumentam que a necessidade do trabalho de cuidador é um fato inescapável da vida social.

De acordo com Binstock (1997), na medida em que o casamento é um determinante chave para o acesso de todos os tipos de necessidade, tais como depender do seguro saúde ou da Previdência Social do cônjuge e dos benefícios dos viúvos, mulheres que não são casadas vivem em uma significativa desvantagem.

Lopata (1995) enfatiza a transitoriedade do casamento. Destaca a diversidade das experiências na viuvez, através do mundo e através de diferentes grupos sociais, étnicos e de classe. Dadas as altas taxas de divórcio e as baixas taxas de recasamento, estar sozinho na idade avançada é raramente pouco comum. De fato, para as mulheres, é a norma. Mas o luto, bem como a perda da renda, das funções sociais, dos amigos e outros suportes permanecem devastadores, particularmente para aqueles que tiveram por muito tempo seus parceiros.

Binstock (1997) considera que, se as desigualdades que trazem desvantagem para as mulheres no curso da vida caem dentro do espaço da família, do trabalho e do Estado de Bem-estar, as soluções para elas devem transcender estas linhas. Ela considera que o divórcio ou a viuvez, principalmente entre mulheres com baixo nível de instrução, deixam-nas em uma situação dramática em termos de padrões de vida.

Em resumo, os trabalhos citados acima mostram que as intelectuais mulheres sabem muito bem o que torna as mulheres tão mais vulneráveis que os homens na velhice. Elas assinalam as responsabilidades desproporcionais no trabalho doméstico não pago, particularmente o cuidado das crianças, as desigualdades de gênero persistentes na força de trabalho, a elevada

morbidade em conjunto com a longa expectativa de vida e a incapacidade das políticas sociais para melhorarem as posições sociais e econômicas das mulheres idosas.

Conclusões

Os argumentos apresentados pelos gerontólogos acima são consistentes com as proposições da Teoria Social Feminista, especificamente aquelas teorias baseadas na perspectiva da desigualdade. Isto é, as conclusões daqueles autores ilustram a desigual e desvantajosa situação das mulheres idosas em geral e principalmente daquelas que são viúvas, solteiras, divorciadas ou separadas. A partir da teoria Social Feminista, e, especificamente, a partir da teoria da Gerontologia Social Feminista, podemos explicar as desvantagens das mulheres idosas em comparação com os homens idosos, em termos de renda e educação, pelas competitivas demandas ligadas aos cuidados dos filhos ou de outros familiares, ao trabalho doméstico e ao trabalho não-pago. As conclusões dos autores acima são consistentes com as idéias feministas, principalmente as idéias de Smith (1987) de que a organização social do trabalho das mulheres em casa, e fora de casa, têm estado na base da desigualdade das mulheres em termos de salário e status ocupacional.

O esquema da renda na velhice normalmente favorece aqueles com altos salários, com mais tempo de trabalho e participação contínua na força de trabalho. Os homens tendem a ser aliviados do trabalho doméstico e estão disponíveis para os empregos mais estáveis e posições de mercado mais protegidas, o que se reflete positivamente na velhice. A responsabili-

dade pelo cuidado dos filhos e o trabalho doméstico protelam ou bloqueiam a participação das mulheres na força de trabalho paga, segregando-as aos setores secundários do mercado de trabalho e/ou trabalhos de meio-torno. Como resultado, elas tipicamente recebem baixos salários, baixas pensões públicas, pouca ou nenhuma pensão privada.

A partir do ponto de vista feminista, especificamente através da perspectiva Socialista Feminista, podemos dizer que a segregação das mulheres no mercado de trabalho secundário é uma das formas através das quais os homens retêm vantagem econômica. A idade avançada nas mulheres as liga diretamente a uma divisão sexual do trabalho que as relega ao trabalho em setores não pagos ou privados da sociedade. Consideramos que para muitas mulheres idosas, principalmente para aquelas que são negras, mesmo o casamento na idade avançada não as previne do empobrecimento. A estrutura sexista do trabalho assalariado, a definição sexista do trabalho e a conceitualização do status da família como permanente, ao invés de transitório, todos estes aspectos juntos contribuem para o empobrecimento das mulheres idosas.

Em conclusão, é possível dizer, usando as idéias feministas, que a dependência para sobreviver que as mulheres têm em relação aos homens é mais que um efeito residual de outros processos: é uma experiência contínua reproduzida em bases diárias na elevada pobreza delas, em todas as idades, e mais especificamente na idade avançada. Neste sentido acreditamos que a Teoria Social Feminista, através da abordagem da desigualdade, oferece uma explicação adequada para as condições das mulheres idosas para além daquelas teorias centradas na análise de classe. Não queremos negar as contribuições das teorias centradas na análise de classe, que enfatizam um aspecto definidor dos limites e das potencialidades para a

superação de desigualdades vivenciadas pelas mulheres no curso da vida. Contudo tal análise não enfatiza a questão das relações desiguais entre homens e mulheres e suas conseqüências negativas para as últimas, tal como fazem as teorias feministas.

Referências bibliográficas

- AGGER, B. Critical theory, postmodernism, poststructuralism: Their sociological relevance. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, v.17, n.3, p.105-131, 1991.
- ARBER, S. and Ginn, J.. **Connecting gender and aging : a sociological approach**. Birstol, Open University Press, 1995.
- BINSTOCK, R.. Toward a structural, life course agenda for reducing insecurity among women as they age. **The Gerontologist**, Washington, v.37, n.4, p.833-834, 1997.
- BURKHOUER, R e HOLDEN, K. **A challenge to social security: the changing roles of women and men in America society**. New York, Academic Press, 1982. p.1-18.
- CALASANTI, T.M.; BAILEY, C.A. Gender inequality and the division of household labor in the U.S and Sweden: a Socialist-Feminist Approach. **Social Problems**, New York, v.35, n.4, p.34-53, 1991.
- CASALANTI, T.; HENDRICKS, J. (Eds.). A Socialist approach to aging. **Journal of Aging Studies**, Greenwich, v.35, n.4, p.76-96, 1993.
- CHAFETZ, J. Feminist theory and sociology: underutilized contributions for mainstream theory. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, v.23, n.7, p.97-120, 1997. Edição especial.
- COPPER, B. **Over the hill: reflections on ageism between women**. Freedom, Crossing Press, 1988.
- COLE, Achenbaum, Jakobi e Kastenbaun (Eds.). **Voices and visions of aging: toward**

a critical gerontology. New York, Springer, 1993.

COLLINS, R. A. A conflict theory of sexual stratification. IN: COLLINS, R. A. (Org.) **Family, marriage, and the struggle of the sexes**. New York, Macmillan and Ed. HP Dreitzel, 1975.

CURTIS, R. E. Household and family in theory on inequality. **American Sociological Review**, New York, v.51, n.3, p.168-183, 1992.

DERRIDA, R. **Writing and difference**. Chicago, University of Chicago Press, 1978.

DIAMOND, T. **Making grey gold: narratives of nursing home care**. Chicago, University of Chicago Press, 1992.

DORESS, P.B.; SIEGAL, D.L. **Ourselves, growing older: women aging with knowledge and power**. New York, Simon and Schuster, 1987.

ESTES, C.; CERARD, L; ZONES, J.; SWAN, J. **Political economy, health and aging**. Boston, Little Brown, 1984.

____. BINNEY, E. A. The biomedicalization of aging: dangers and dilemmas. **The Gerontologist**, Washington, v.29, n.3, p.587-596, 1989.

FANDINO, J.M.F; Ramos, M. Cinco Teses Equivocadas Acerca da Quantidade e da Qualidade na Pesquisa Social. **Revista Barbarói**, Santa Cruz do Sul, v.5, n.2, p.1-73, 1995.

FLAX, J. **Thinking fragments: psychoanalysis, feminism and postmodernism on the contemporary**. West. Berkerley, University of California, 1990.

____. **Disputed subjects. Essays on psychoanalysis, politics and philosophy**. New York, Routedge, 1993.

GEERTZ, C. **Local knowledge: further essays in interpretive anthropology**. New York, Basic Books, 1983.

GORDON, G.(Ed.). **Power/knowledge: selected interviews and other writings**. New York, Random House, 1981.

____. **Why older men chase younger women**. New woman. from Jennifer fever: older men, younger women. New York, Harper and Row, 1988.

HARDING, S **The science question in feminism**. Ithaca, Cornell University Press,

1986.

HAZAN, H. **Old age: constructions and deconstructions**. Cambridge, Cambridge University Press, 1994.

HARE-MUSTIN, R.; MARECEK, J. Gender and the meaning of difference: postmodernism and psychology. IN: HERRMANN, A.C.; STEAWRT, A.J. (Eds.) **Theorizing feminism: parallel trends in the humanities and social sciences**. Boulder, Westview Press, 1994. p.49-76.

HERZOG, A.R.; HOLDEN, K.C.; Selzer, M.M. (Eds.). **Health and economic status of older women..** Amityville, Baywood, 1989.

HOOYMAN, N.R. Social policy and gender inequities in care giving. IN: DWYER, J.W; COWARD R.T. (Eds.) **Gender, families, and elder care..** Newbury Park, Sage, 1992. p.181-201.

HOOYMAN, N.R.; GONEYA, J. **Feminist perspective : policies for gender justice**. Thousands Oaks, Sage, 1995.

HUYCK, M.H. Gender differences and aging. IN: BIRREN, J.E.; SCHAIKE, K.W. (Eds.) **Handbook of the psychology of aging**. 3.ed. San Diego, Academic Press, 1990. p.124-132.

LAGERMANN, P e NIEBRUGGE-BRANTLEY, J. Contemporary Feminist Theory. IN: RITZER, G. **Contemporary sociological theory**, New York, McGraw-Hill, 1992. p.308-357.

LAWS, G. Understanding ageism: Lessons from feminism and postmodernism, **The Gerontologist**, Washington, v.35, n.1, p.112-118, 1995.

LOPATA, H. **Current widowhood: myths and realities**. Bristol, Open University Press, 1995.

LYMAN, K.A. Bringing the social back in: a critique of the biomedicalization of dementia. **The Gerontologist**, Washington, v.29, n.5, p.505-597, 1989.

LYOTARD, F. **The postmodernism condition**. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1984.

LONGINO, C. E.; MURPHY, J. **The old age challenge to the biomedical model:**

paradigm strain and health policy. Amityville, Baywood, 1995.

MACDONALD, B. **Look me in the eye: old women, aging, and agism.** San Francisco, Spinster's Ink, 1983.

NEUGARTEN, B.L. Interpretive science and research on aging. In ROSSI A.S. (Ed.) **Gender and the life course.** Hawthorne, Aldine, 1985. p.291-300.

OLDER Women's League. **The road to poverty: a report on the economic status of midlife and older women in america, mother's day report.** Washington, Older Women's League, 1988.

OLSON, L.K. **The political economy of aging.** New York, Columbia University Press, 1982.

RAY, Ruth. A Postmodern Perspective on Feminist Gerontology. **The Gerontologist,** Washington, v.26, n.5, p.674-680, 1986.

RORTY, R. **Phylosophy and the mirror of nature.** Princeton, Princenton University Press, 1979.

RUBIN, L. B. **Women of a certain age: the midlife search for self.** New York, Harper and Row, 1981.

SMITH, D. Women's inequality and the family. IN: GERSTEL N.; GROSS H. E. (Eds.) **Families and work.** Philadelphia, Temple University Press, 1987.

STOLLER, E.P. Gender and the organization of lay health care: A socialist-feminist perspective. **Journal of Aging Studies,** Washington, v.6, n.27, p.151-170, 1993.

STONE, R. The feminization of poverty among the elderly. **Women's Studies Quartely,** [New York], v.17, n.2, p.20-34, 1989.

VERAS, R. **País Jovem com cabelos brancos: a saúde do idoso no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro, Relume Dumara, 1994.**

WALKER, A. Opressed hair puts a celing on the brain. **Newsweek,** New York, p.135, 28 jan. 1988.

WALKER, A. Conceptual perspectives on gender and family caregiving. IN: DWYER J.; COWARD R (Eds.) **Gender, families and elder care.** Newbury Park, Sage, 1992. p.34-49.

WOODWARD, K. **Aging and its discontents: Freud and other fictions.** Bloomington: Indiana University Press, 1991.

Resumo

Este artigo utiliza as idéias da Teoria Social Feminista para examinar os mecanismos que reproduzem as desigualdades de gênero na velhice. Considera-se que as mulheres não são capazes de cuidar delas próprias economicamente, isto é, de terem uma atividade lucrativa na esfera pública, por causa das restrições sociais. Mesmo em tempos "modernos" quando "supostamente" as mulheres têm chance de ir para esfera pública (para além do espaço doméstico) elas conseguem, em geral, os mais baixos salários. Acredita-se que, principalmente às mulheres idosas solteiras ou viúvas, são negadas oportunidades e condições desfrutadas pelos homens. Isto é, aquelas mulheres idosas que não tem um homem como suporte financeiro possuem status sócio-econômico mais baixo que aquelas que são casadas. Este artigo apresenta as principais teses da Teoria Sociológica Feminista e suas diferentes abordagens (biológica, institucional e psicossocial), bem como as da perspectiva da Gerontologia Feminista, enfatizando autores dos Estados Unidos da América. Algumas conclusões são apresentadas baseadas na abordagem da desigualdade na Teoria Social Feminista.